



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 736, DE 2023** **(Do Sr. Hugo Leal)**

Institui o contrato de parceria entre escritórios e profissionais parceiros e que exercem as atividades de contabilidade devidamente registradas em Conselho Regional de Contabilidade e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-4463/2021.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. HUGO LEAL)

Institui o contrato de parceria entre escritórios e profissionais parceiros e que exercem as atividades de contabilidade devidamente registradas em Conselho Regional de Contabilidade e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os escritórios de contabilidade poderão celebrar contratos de parcerias, por escrito, nos termos definidos nesta Lei, com outros escritórios de contabilidade e/ou profissionais denominados respectivamente escritórios parceiros e profissionais parceiros que desempenham as atividades de contabilidade e devidamente registrados em seus Conselhos Regionais.

§ 1º Os estabelecimentos e os profissionais de que trata o caput, ao atuarem nos termos desta Lei, serão denominados “Escritório Contábil Parceiro Líder”, “Escritório Contábil Parceiro” e “Profissional-Parceiro”, respectivamente, para todos os efeitos jurídicos.

§ 2º O Escritório Contábil Parceiro Líder será responsável pela centralização dos pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades de prestação de serviços de contabilidade pelos demais Escritórios Contábeis Parceiros e Profissionais-Parceiros partícipes na forma da parceria prevista no **caput**.

§ 3º O Escritório Contábil Parceiro Líder realizará a retenção de sua cota-parte percentual, fixada no contrato de parceria, bem como dos valores de recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelos demais Escritórios Contábeis Parceiros e Profissionais-Parceiros incidentes sobre a cota-parte que a estes couberem na parceria.





§ 4º A cota-parte destinada a cada Escritório Contábil Parceiro e Profissional-Parceiro não será considerada para o cálculo da receita bruta do Escritório Contábil Parceiro Líder, ainda que adotado sistema de emissão de nota fiscal unificada ao consumidor.

§ 5º Os Escritórios Contábeis Parceiros e Profissionais-Parceiros não poderão assumir as responsabilidades e obrigações decorrentes da administração da pessoa jurídica do Escritório Contábil Parceiro Líder, de ordem contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária incidentes, ou quaisquer outras relativas ao funcionamento do negócio.

§ 6º Os profissionais-parceiros poderão ser qualificados, perante as autoridades fazendárias, como pequenos empresários e microempresários.

§ 7º O contrato de parceria de que trata esta Lei será firmado entre as partes, mediante ato escrito, homologado pelos sindicatos das categorias profissional e empresarial ou, na ausência desses, pelo órgão local competente do Ministério do Trabalho e Emprego em relação aos profissionais parceiros, inclusive podendo o ser através de procedimentos adotados em meio eletrônico.

§ 8º O profissional-parceiro, mesmo que inscrito como pessoa jurídica, poderá ser assistido pelo seu sindicato de categoria profissional e, na ausência deste, pelo órgão local competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 9º De comum acordo e previsto em Contrato, a prestação do serviço tanto dos Escritórios Contábeis Parceiros como dos Profissionais-Parceiros poderá ser no domicílio e estabelecimentos do Escritório Contábil Parceiro Líder ou em qualquer outro que seja determinado pelo contrato, inclusive via tele trabalho ou outra modalidade à distância.

Art. 2º São cláusulas obrigatórias do contrato de parceria, de que trata esta Lei, as que estabeleçam:





I - percentual das retenções pelo Escritório Contábil Parceiro Líder dos valores recebidos por cada serviço prestado pelos Escritórios Contábeis Parceiros e Profissionais-Parceiros;

II - obrigação, por parte do Escritório Contábil Parceiro Líder, de retenção e de recolhimento dos tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro em decorrência da atividade deste na parceria;

III - condições e periodicidade do pagamento dos Escritórios Contábeis Parceiros e Profissionais-Parceiros, para cada contrato firmado;

IV - direitos do profissional-parceiro quanto ao uso de bens materiais necessários ao desempenho das atividades profissionais, bem como sobre o acesso e circulação nas dependências do estabelecimento;

V - possibilidade de rescisão unilateral do contrato, no caso de não subsistir interesse na sua continuidade, mediante aviso prévio de, no mínimo, trinta dias;

VI - obrigação, por parte dos Escritórios Contábeis Parceiros e Profissionais-Parceiros, de manutenção da regularidade de sua inscrição perante as autoridades fazendárias e Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 3º Os Escritórios Contábeis Parceiros e Profissionais-Parceiros não terão relação de emprego ou de sociedade com o Escritório Contábil Parceiro Líder enquanto perdurar a relação de parceria tratada nesta Lei.

Art. 4º Configurar-se-á vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do Escritório Contábil Parceiro Líder e o profissional-parceiro quando:

I - não existir contrato de parceria formalizado na forma descrita nesta Lei; e

II - o profissional-parceiro desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria.





Art. 5º Os conflitos provenientes do descumprimento do contrato de que trata a presente Lei serão dirimidos em foros próprios estabelecidos e, preferencialmente, por mediação e arbitragem técnica.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor depois de decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente, este tema foi apresentado pelo nobre Deputado Otávio Leite, protocolado sob nº 4463/2021, onde consta a justificação da proposta, a qual transcrevo em sua totalidade:

*“A presente proposta se coaduna com os novos tempos do mundo digital eletrônico, com as mutantes relações de trabalho. Com efeito, este século está a desafiar as organizações corporativas e empresariais como um todo, na busca por encontrar melhores e mais eficientes métodos de trabalho.*

*Isto porque, diante da nova realidade econômica a qual afetou a tradicional relação de produção e emprego, principalmente nas linhas de serviços mais intelectuais, diretamente impactadas pela tecnologia, pela robotização e a internet, temos que a substituição do homem por processamento eletrônico é uma realidade irreversível, resultando na necessidade de relações de produção que mantenham a cadeia produtiva baseada em produção originada por pessoas.*

*Nesse cenário, o advento da pandemia Covid-19, ensejou a formatação de inovadores arranjos organizacionais.*

*O fato é que o trabalho remoto destacou-se como um importante ingrediente no cotidiano das empresas em geral, e tudo leva a crer, veio para ficar. Da mesma forma, profissionais com alta especialização passaram a conjugar esforços para otimizar e elevar a qualidade do trabalho prestado aos seus clientes, antecipando uma tendência de arranjo produtivo.*





*Portanto é imperioso permitir uma adequação ao novo cenário, baseado na possibilidade de parcerias entre profissionais especializados em seus mercados de atuação, e que produzem por intermédio dos seus CNPJS e seu próprio esforço; como por exemplo em parcerias entre profissionais liberais. Tanto assim que, em decorrência dessa nova realidade, o próprio Supremo Tribunal Federal chancelou a Lei de parcerias entre empresas de beleza e profissionais.*

*Esses parâmetros disruptivos da mesma forma, já se despontam nos Escritórios de Contabilidade os quais vêm promovendo adaptações em seus processos produtivos para atendimento dos clientes, e do poder público na entrega de obrigações, elaboração dos documentos contábeis e envio das obrigações acessórias; na medida em que tem sido recorrente a formação de parcerias para atendimento de cada etapa da demanda do cliente nos setores de departamento pessoal, fiscal, contábil e tributário, resultando em uma entrega mais ágil do trabalho e permitindo o sustento das famílias dos profissionais contábeis.*

*Assim, o PL em tela aponta um caminho fértil e inovador, sem ofender o princípio da livre iniciativa. Apenas, faculta a essas organizações a possibilidade de instituir parcerias com profissionais do setor, maximizando oportunidades e compatibilizando a prática contábil com os novos tempos do século XXI.*

*Finalmente, é imperioso registrar que a construção do presente Projeto de Lei, é fruto de um profundo debate junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro – CRC/RJ, à frente do seu Presidente Senhor Samir Ferreira Barbosa Nehme, no qual se examinaram vários aspectos sobre o tema, e que contou com a competente participação da Senhora Genáina Gama, representando os técnicos em contabilidade, além dos destacados contadores:*





*Ilan Renz, Jarbas Barsanti, Ademilton Dantas, José Miguel Rodrigues, Patrícia Sena.*

*Em consequência será submetido também às substantivas observações do Sistema CFC - Conselho Federal de Contabilidade e suas seções regionais.*

*Estes são os fundamentos que nos inspiram a apresentar o presente Projeto de Lei, com o intuito de aprimorar as relações do setor contábil”.*

Em razão do Deputado Otávio Leite não estar em exercício do mandato e consciente da importância do tema, optou-se por apresentar um novo projeto com conteúdo similar, inclusive em parceria com os profissionais do segmento. Inicialmente, até se tentou a coautoria do projeto de lei nº 4463/2021, no entanto, por razões regimentais isso não foi possível.

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 2023.

Deputado HUGO LEAL  
PSD/RJ



**FIM DO DOCUMENTO**